

Coluna do Castello

O governo ainda sem avaliação definitiva

Se a negociação externa andou, segundo as informações de Camdessus, do FMI, a negociação interna deteriorou-se. Hoje são menores as ilusões do governo quanto ao comportamento da Câmara, tal a precariedade do seu suporte nessa casa do Congresso. O PMDB, partido mais influente, foi à represália inconformado contra as doações orçamentárias para os Ciacs. Esse partido, tutelado pelo quercismo, vê na construção dos centros de integração do governo suportes para a candidatura presidencial de Leonel Brizola, tido como principal adversário de Querência em 1994.

Se o governo obteve votos suficientes para preservar sua proposta orçamentária, com o respaldo do PDT, nada pôde fazer para preservar a unidade do Emdão, retalhado pelo PMDB e ameaçado de ser deglutiido peça a peça. O Ministério da Economia e seus órgãos entendem que sem a aprovação do ajuste fiscal e da reforma tributária não se chegará a uma conclusão satisfatória na negociação com o FMI, da qual depende o acordo com os banqueiros internacionais.

Genebaldo Correia, líder do PMDB, diz, como quase todos, que o Congresso é receptivo ao ajuste fiscal e a emenda respectiva poderá ser aprovada até dezembro. Acontece, porém, que para que tal coisa ocorra a emenda deve ser podada, pois nela se inscrevem a redução de 25 para 20% das transferências de recursos para os municípios, a suspensão do princípio da anualidade fiscal e a supressão do sigilo bancário para fins fiscais.

A primeira medida intranquiliza os políticos, principalmente do PFL e do PMDB, na



véspera de um ano de eleições municipais. Suprimir o sigilo bancário é correr riscos e quebrar normas de defesa e proteção do cidadão. A suspensão da anua-

lidade por um ano já não teria as mesmas dificuldades, embora haja resistência também a ela. O governo já tem pouco a ceder se pretende ter em mãos instrumento eficaz para reforçar o erário.

Não está indo bem igualmente a elaboração do projeto de lei tributária, empacado no Ministério da Economia. O grupo de trabalho coordenado por José Luiz Bulhões Pedreira não quer aparentemente elaborar projetos mas apenas funcionar como órgão consultivo, opinando sobre a matéria para a qual o governo peça a sua opinião. Alguns de seus membros acham que o governo pretende o impossível, como reduzir o número de impostos e aumentar a arrecadação, isto num momento em que cai a atividade econômica e reduz-se a massa tributável.

Esses especialistas em direito tributário não consideram excessivo o número de impostos, apenas 12. O resto é taxa. Há visível insuficiência do aparelho arrecadador, com número de fiscais em operação extremamente reduzido.

Pará se ter todavia uma idéia de como o Congresso se comportará afinal, mais alguns dias de observação serão necessários. Na próxima semana, Câmara e Senado não funcionarão. Será a semana do papa. O Congresso hoje, salvo em casos de acordo de lideranças, só vota nas quartas-feiras, reduzindo seu tempo útil de deliberação. Há de esperar-se pela semana que começa dia 21.